



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

DECRETO N. 1.454/2017

ESTABELECE O PLANO DE AJUSTE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, FIXANDO-SE AS DIRETRIZES PARA A REDUÇÃO E OTIMIZAÇÃO DAS DESPESAS PARA OS MESES DE JANEIRO DE 2018 A JULHO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santo Antônio do Amparo/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando

- a obrigação de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;
- a necessidade de contenção de despesas, otimização dos recursos existentes e qualificação do gasto público, primando pela eficiência na gestão governamental;
- a necessidade de acompanhamento e otimização das despesas com pessoal e encargos sociais, que tem um peso significativo no orçamento do Município, e
- a situação atual da economia nacional, que tem refletido na redução receita do Município,

Decreta:

Art. 1º. As Secretarias e órgãos da administração direta e indireta deverão adotar todas as medidas necessárias para redução de no mínimo 10% (dez por cento) das despesas custeadas pelo Município.

§ 1º Para as Secretarias de Educação e da Saúde o percentual de redução de despesas deverá ser respeitadas as vinculações constitucionais.

Art. 2º. Os órgãos da Administração Direta e Indireta de que tratam o artigo 1º, deverão apresentar seus planos individuais de redução de despesas com custeio a Secretaria da Fazenda Municipal no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a publicação deste Decreto.

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

Art. 3º. O plano de que trata o artigo 2º deverá contemplar, dentre outras ações:

- I - a renegociação das condições de preços e/ou quantidades vigentes nos contratos firmados para despesas, mediante acordo entre as partes;
- II - supressão, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, de valores dos contratos vigentes, quando necessário;
- III - reavaliação das licitações em curso que ainda não tenham sido homologadas ou adjudicadas, bem como daquelas ainda a serem instauradas;
- IV - reavaliação do espaço físico utilizado para as atividades de cada órgão e entidade;
- V - providenciar a identificação de novas alternativas de localização com prioridade de utilização de imóveis próprios do Município, e
- VI - reavaliação dos contratos de prestação de serviços, rescindindo-os quando possível.

§ 1º A renegociação de contratos e a reavaliação de licitações deverão ser ajustadas às estritas necessidades da demanda e da disponibilidade orçamentária do exercício.

§ 2º Os órgãos da Administração Direta e Indireta que disponham de áreas ociosas deverão mencioná-las em seus planos de redução de despesas a fim de permitir que as mesmas sejam oferecidas a outros órgãos municipais.

Art. 4º. Ficam suspensas pelo prazo de 06 (seis) meses as despesas relativas a:

- I - celebração de novos contratos de locação de imóveis que importe em aumento de despesas, ressalvado os casos de emergência com fins sociais;
- II - celebração de novos contratos de prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos, exceto quando imprescindível a prestação direta de serviço público essencial;
- III - celebração de termos aditivos que impliquem acréscimo de objeto, no tocante a contratos de prestação de serviços, execução de obras ou reformas e compras;
- IV - aquisição de imóveis, ressalvado se existir valores disponíveis em conta específica para aquisição de imobilizados;
- V - aquisição de veículos, exceto quando imprescindível à prestação de serviços públicos essenciais ou se resultante da receita obtida por meio de leilão de veículos da frota municipal;

Handwritten signature or mark.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

VI - realização de recepções, homenagens e solenidades não contempladas no plano individual de redução de despesas;

VII - contratação de cursos, seminários, congressos, simpósios e outras formas de capacitação e treinamento que demandem o pagamento de inscrição, aquisição de passagem aérea e concessão de diárias;

VIII - contratação ou prorrogação de contratos de serviços técnicos profissionais especializados que impliquem em aumento de despesas, nos termos dos incisos II e III, do artigo 13, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Art. 5º. Deverão os titulares das Secretarias e órgãos da Administração observar quanto:

I - ao serviço de telefonia, manter rígido controle dos serviços de ligações interurbanas e de telefonia fixa para celulares;

II - ao consumo de energia elétrica:

a) determinar o desligamento de lâmpadas em todas as dependências onde existir iluminação natural suficiente para a execução das atividades, evitando sempre que possível os trabalhos noturnos;

b) determinar o desligamento de todos os equipamentos elétricos não necessários às atividades normais; e

c) determinar o desligamento, após o término do expediente, de todos os equipamentos e lâmpadas, permanecendo ligados somente os essenciais para a segurança da edificação.

III - ao consumo de água, evitar o desperdício.

Art. 6º. Deverão os titulares das Secretarias e dos órgãos da Administração determinar:

I - a redução do consumo atual de combustíveis em percentuais a serem definidos pelo Secretário de Administração e Recursos Humanos, no caso da Administração, e pelos seus titulares nos outros casos, excetuando-se da regra as ambulâncias, transporte ambulatorial e os carros funerários; e

II - quanto aos gastos com cópias reprográficas, a redução em no mínimo 20% (vinte por cento) do número de cópias em relação ao trimestre anterior.

Art. 7º. O acompanhamento e a avaliação das medidas previstas neste Decreto serão realizados pelas Secretarias e Órgãos.

15



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

Art. 8°. A Secretaria de Administração e Recursos Humanos, dentro de suas atribuições, deverá zelar pelo cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 9°. Para fins de cumprimento deste Decreto, os casos excepcionais, devidamente justificados, serão analisados pelas Secretarias Municipais, nas pessoas dos respectivos secretários, juntamente com a Controladoria e Procuradoria Municipal, e submetidos à aprovação do Prefeito Municipal.

Art. 10. Este Decreto entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Santo Antônio do Amparo, 20 de dezembro de 2017

Evandro Paiva Carrara

Prefeito Municipal

